

Restaurar vegetação será forte contribuição de MG para redução de gases de efeito estufa

 ufmg.br/comunicacao/noticias/restauracao-de-vegetacao-sera-forte-contribuicao-de-mg-para-reducao-de-gases-de-efeito-estufa

Pesquisa e Inovação

Grupo da UFMG estima que estado tem mais de 6 milhões de hectares disponíveis para esse esforço, prega rigor nos cálculos e recomenda medidas adicionais

quinta-feira, 24 de outubro 2024, às 12h26 atualizado em quinta-feira, 24 de outubro 2024, às 16h32



Pastos degradados compõem parte significativa das terras disponíveis para restauração em MinasFoto: Dias Filho (CC SA-BY 3.0)

Em alinhamento com as diretrizes nacionais de redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE), em grande parte vinculadas a acordos internacionais firmados pelo Brasil, Minas Gerais aderiu voluntariamente, em 2021, à iniciativa global Race to Zero, com a intenção de neutralizar as emissões líquidas até 2050. No ano seguinte, a Fundação Estadual do Meio Ambiente lançou plano de ação que inclui metas de reflorestamento para mitigação e destaca o setor de agricultura, florestas e outros usos do solo (Afolu) como o maior emissor de GEE, responsável por 51% do total do estado em 2019.

Diante desse cenário, e partindo do pressuposto de que é urgente pôr em prática estratégias de mitigação e adaptação – dados os efeitos catastróficos das mudanças climáticas –, grupo de pesquisadores vinculados ao Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG desenvolveu estudo em que estimou a disponibilidade, em Minas Gerais, de 6,14 milhões de hectares de vegetação secundária, o que contribuiria significativamente para a meta de 12 milhões de hectares, em todo o Brasil, estabelecida pelo Planaveg, o Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa. A projeção é que será possível sequestrar, no estado, 170 megatoneladas (Mt) de CO₂ em 2050.

Como os pesquisadores explicam no policy brief recém-publicado pelo CSR, “conduzimos o cálculo da captura potencial de carbono para o subsetor Afolu de mudança do uso da terra e florestas, focando no incremento da vegetação secundária. Para revisar a estimativa das áreas aptas para a restauração de vegetação nativa em Minas Gerais, incluímos todo o limite de áreas de pastagens degradadas. A restauração de vegetação nativa foi então dividida conforme método passivo (regeneração natural espontânea ou assistida) ou ativo (práticas intervencionistas), com base em mapeamento espacial da favorabilidade de regeneração natural”. O estudo estima que podem ser restauradas áreas de Cerrado (3,53 milhões de hectares), Mata Atlântica (2,57 milhões de hectares) e Caatinga (40 mil hectares).

Planejamento e coordenação

De acordo com a pesquisadora Sofia Corradi Oliveira, primeira autora do trabalho, a análise exposta num *policy brief* resulta de um estudo mais curto, com metodologia mais prática, cujos resultados têm potencial para chamar a atenção de tomadores de decisões e incentivar pesquisas mais aprofundadas. “Um dos nossos objetivos é defender que projeções, metas e planos sejam produzidos com rigor, baseados e justificados com dados e cálculos consistentes”, afirma Sofia, que é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais da UFMG. O texto também é assinado pela mestrandia Ana Carolina Caetano Rocha da Oliveira, pelo pesquisador de pós-doutorado Argemiro Teixeira Leite Filho, pelo doutor em geoquímica Libério Junio da Silva, vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e pelo professor do IGC Britaldo Soares Filho.

O texto divulgado pelo CSR ressalta que a projeção de sequestro de 170 Mt de CO₂ em 2050 supera em 16 vezes o que se estima em medidas de mitigação projetadas. Mas chegar lá exige vencer grandes desafios, como garantir a permanência da vegetação restaurada e mecanismos de pagamento por serviços ambientais, assim como a integração de métodos de restauração com sistemas agrícolas para agregar valor econômico. “Embora seja crucial para a mitigação, a restauração deve fazer parte de uma estratégia mais ampla que inclua eficiência energética e avanços tecnológicos”, afirma-se na nota do CSR. “O sucesso da condução de Minas Gerais ao Net Zero [*metas de emissões líquidas zero*] depende de planejamento abrangente e coordenação intersetorial, apoiados por estimativas de emissões futuras e alinhados com os objetivos

do Plano Clima nacional. Ações imediatas e concertadas envolvendo formulação de políticas, engajamento comunitário e mecanismos financeiros são vitais para alcançar essas metas de restauração.”

Leia o *policy brief* do Centro de Sensoriamento Remoto.